

## CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

### Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras do **Município de Angra do Heroísmo**, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2008, (que evidencia um total de 120.138.210,00 euros de e um total de Fundos Próprios de 59.454.074,02 euros, incluindo um Resultado Líquido negativo de 700.260,87 euros), a Demonstrações dos Resultados, os Mapas de Execução Orçamental e os Anexos às demonstrações financeiras, referentes ao exercício findo naquela data.

### Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Órgão Executivo a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do Município, o resultado das suas operações e o relato da execução orçamental, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

### Âmbito

4. Excepto quanto à limitação referida no parágrafo nº 7 abaixo, o exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
  - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Órgão Executivo, utilizadas na sua preparação;
  - a verificação, numa base de amostragem, da conformidade legal e regularidade financeira das transacções efectuadas;
  - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; e
  - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5. O nosso **exame** abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

#### **Reservas**

7. Pelo facto das demonstrações financeiras de 2007 não terem sido auditadas por nós, nem por outro revisor oficial de contas, não estamos em condições de nos pronunciar sobre o comparativo do ano anterior, bem como, sobre os saldos de abertura referentes a 1 de Janeiro de 2008.

#### **Opinião**

8. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira do **Município de Angra do Heroísmo** em 31 de Dezembro de 2008, o resultado das suas operações e a execução orçamental relativa à despesa paga e à receita cobrada no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal previstos no POCAL.

#### **Ênfases**

9. Sem afectar a opinião expressa no parágrafo anterior chamamos a atenção para o facto de que o **Município de Angra do Heroísmo** não tem vindo, desde o exercício de 2007 a proceder à consolidação de contas prevista na Lei das Finanças Locais (Lei nº 2/2007, de 15 de Janeiro), tendo como justificação para este facto o Parecer emitido pela Direcção Regional de Organização e Administração Pública que dispensa a elaboração de Demonstrações Financeiras Consolidadas pelo facto do POCAL não prever quaisquer regras relativamente a esta matéria.

Lisboa, 16 de Abril de 2009



J. Bastos, C. Sousa Góis & Associados, SROC, Lda.

Representada por Carlos Pedro Machado de Sousa Góis, ROC n.º 597